

**Serviço: Secretaria Municipal de Saúde**

**Assunto:** Futura aquisição de medicamentos éticos e (curativos) para atender as necessidades da secretaria Municipal de Saúde de Galiléia/MG.

**Data:** 05 de novembro de 2021

**Excelentíssimo Senhor Prefeito,**

Em cumprimento as normas legais e regimentais no que se aplicam as contratações e aquisições na Administração pública, sempre com a abertura de processo administrativo de licitação pública, mediante requisição elaborada pela área solicitante dirigida à autoridade competente, onde se discriminem:

- a área requisitante;
- o objeto a ser adquirido com especificações usuais no mercado que poderão ser inseridas no ato convocatório;
- a estimativa de valor ou apresentação de orçamento;
- Termo de Referência instrutivo;
- assinatura e identificação do responsável pela área requisitante;

Feitas essas considerações vimos à honrosa presença de Vossa Excelência, solicitar que seja autorizado à instauração de procedimento administrativo de licitação para a futura aquisição de medicamentos atendendo o Município de Galiléia, MG.

Certificamos ainda que a existência de previsão na Lei Orçamentária Anual e possui recursos orçamentários suficientes para a sua realização. A certificação de disponibilidade de recursos financeiros e o cumprimento às determinações legais dos incisos III e IV do art. 29 da Lei Federal nº. 8.666/93, para quaisquer despesas.

Considerando as informações contidas no Termo de Referência que integra o presente ofício, demonstrando a existência de recursos orçamentários como fonte de recursos financeiros para custear as despesas com a pretensa contratação solicito a realização do procedimento licitatório.

Nas condições estabelecidas no Termo de Referência que integra o presente ofício, vimos solicitar que seja deferido o pedido e autorizado à realização do procedimento licitatório para os produtos mencionados.

Certos de podermos contar com a vossa atenção e presteza à nossa solicitação, e esperamos vossa manifestação formal quanto ao deferimento de nossa pretensão.

Respeitosamente,

---

**Wanderson Alves da Silva**  
**Secretário Municipal de saúde.**

**Ilmo. Sr.**  
**JUAREZ DA SILVA LIMA**  
**Prefeito Municipal de Galiléia – MG**

**Recebido em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidade Administrativa de Origem:** Secretaria Municipal de Saúde

**Titular Responsável:** Wanderson Alves da Silva

**Elaboração:** Anderson Murilo Gonçalves

**Data:** 05 de novembro de 2021

### 1 – Descrição do Objeto, Estimativa Média de Preços e Quantidades Estimadas

Constitui objeto desse Termo de Referência apresentar elementos e informações capazes de propiciar a abertura de Processo Administrativo de compra na modalidade pregão presencial do tipo menor preço para futura aquisição de medicamentos éticos e (curativos) para atender as necessidades da secretaria Municipal de Saúde de Galiléia/MG, os produtos a serem adquiridos têm suas especificações, unidades e quantidades, abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição Do produto	Valor Unit	Valor total
01	52	Caixa	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	R\$11,95	R\$621,27
02	26	Caixa	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 300MG	R\$41,51	R\$1.079,13
03	18	Caixa	ARIPIPRAZOL 10MG	R\$120,00	R\$2.160,00
04	17	Caixa	ACETILISTEINA 600MG	R\$37,15	R\$631,55
05	18	Caixa	ALOPURINOL 100MG	R\$11,08	R\$199,40
06	18	Caixa	APIXABANA 5MG	R\$220,34	R\$3.966,08
07	44	Caixa	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	R\$15,65	R\$688,71
08	44	Caixa	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG	R\$48,03	R\$2.113,32
09	54	Caixa	ALPRAZOLAM 1MG	R\$15,35	R\$828,90
10	36	Caixa	ALPRAZOLAM 2MG	R\$30,93	R\$1.113,39
11	54	Caixa	AMIODARONA 200MG	R\$25,83	R\$1.394,55
12	29	Caixa	BROMIDRATO DE GALANTAMINA 8MG	R\$179,59	R\$5.208,04
13	9	Caixa	BIPERIDENO 2MG	R\$27,95	R\$251,55
14	54	Caixa	BROMAZEPAM 3MG	R\$15,20	R\$820,94
15	250	Frasco	BROMETO DE IPRATÓPIO 20ml	R\$9,25	R\$2.312,50
16	18	Caixa	BENSILATO DE LEVANLODIPINO 2,5MG caixa c/ 30 comprimidos	R\$49,81	R\$896,49
17	9	Caixa	BUDESONIDA +FORMOTEROL 12/400MCG	R\$122,74	R\$1.104,64
18	116	Caixa	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG	R\$49,48	R\$5.739,39
19	108	Caixa	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 400MG caixa com 5 comprimidos	R\$5,00	R\$540,00
20	11	Frasco	CLORIDRATO DE TIAMINA	R\$178,75	R\$1.966,25

			5MG+RIBOFLAVINA 2MG+ CLORIDRATO DE PIRIDOXINA+NICOTINAMIDA 20MG+ com 100 capsulas		
21	9	Frasco	ÁCIDO PANTOTENICO 2,76MG	R\$40,00	R\$360,00
22	18	Caixa	CILOSTAZOL 50MG	R\$34,10	R\$613,80
23	36	Caixa	CARISOPRODOL 125MG	R\$12,28	R\$442,17
24	72	Caixa	CITALOPRAN 20MG	R\$30,48	R\$2.194,38
25	72	Caixa	CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 30MG	R\$16,58	R\$1.193,40
26	18	Caixa	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	R\$53,27	R\$958,91
27	18	Caixa	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 20MG	R\$96,65	R\$1.739,61
28	18	Caixa	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	R\$45,75	R\$823,50
29	180	Caixa	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG	R\$58,08	R\$10.453,95
30	27	Caixa	CLORIDRATO DE AMITRIPITILINA +CLORDIAZEPÓXIDOAGE 5/12,5MG	R\$47,09	R\$1.271,43
31	15	Frasco	COLECALCIFEROL 1000UI	R\$26,00	R\$390,00
32	29	Frasco	COLECALCIFEROL 5000UI	R\$29,74	R\$862,53
33	10	Caixa	CLORIDRATO DE IVABRADINA 7,5MG CAIXA COM 56 COMPRIMIDOS	R\$132,15	R\$1.321,53
34	12	Caixa	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 10 MG	R\$47,32	R\$567,78
35	12	Caixa	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG	R\$66,58	R\$798,99
36	15	Caixa	CIPROFIBRATO 100MG	R\$32,25	R\$483,75
37	54	Caixa	CLONIDINA 0,100MG	R\$14,28	R\$771,12
38	54	Caixa	CLONIDINA 0,150MG	R\$26,51	R\$1.431,27
39	18	Caixa	CLONAZEPAM 0,5MG	R\$9,60	R\$172,71
40	63	Caixa	CLONAZEPAM 2MG	R\$9,83	R\$619,13
41	27	Caixa	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	R\$16,88	R\$455,63
42	54	Caixa	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG	R\$31,28	R\$1.688,99
43	18	Caixa	CLORIDATO DE VENLAFAXINA 150MG	R\$22,88	R\$411,80
44	18	Caixa	CLORIDATO DE VENLAFAXINA 75MG	R\$38,80	R\$698,40
45	18	Caixa	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	R\$74,85	R\$1.347,30
46	18	Caixa	CLORIDRATO DE TRAZODONA 100MG	R\$55,65	R\$1.001,61
47	90	Caixa	CLORIDRATO DE TRAZODONA 150MG	R\$68,44	R\$6.159,60
48	18	Caixa	CLORIDRATO DE SIBUTRAMINA MONOHIDRATADO 15MG	R\$29,25	R\$526,50
49	54	Caixa	CLORIDRATO DE AMANTADINA 100MG	R\$20,17	R\$1.089,18
50	18	Caixa	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG	R\$97,28	R\$1.751,00
51	18	Caixa	CLORIDRATO PAROXETINA	R\$62,16	R\$1.118,93

			25MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS		
52	27	Caixa	CLOBAZAM 10MG	R\$17,84	R\$481,75
53	72	Caixa	CLORIDRATO DE ZIPRASIDONA MONOIDRATADO 40MG	R\$155,09	R\$11.166,66
54	18	Caixa	CLORIDRATO DE ZIPRASIDONA MONOIDRATADO 80MG	R\$298,09	R\$5.365,67
55	18	Frasco	DHA, VITAMINAS, MINERAIS COM 60 CAPSULAS POR FRASCO	R\$41,00	R\$738,00
56	18	Caixa	DICLORIDRATO DE PRAMIPEXOL 0,25MG	R\$54,07	R\$973,22
57	122	Caixa	DICLORIDRATO DE TRIMETAZIDINA 35MG	R\$117,78	R\$14.368,86
58	22	Caixa	DIGOXINA 0,25MG CAIXA COM 25 COMPRIMIDOS	R\$5,06	R\$111,38
59	39	Caixa	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 50MG	R\$143,70	R\$5.604,20
60	20	Caixa	DIMESILATO DE LISDEXANFETAMINA 70MG	R\$160,50	R\$3.209,95
61	54	Caixa	DICLOFENACO SODICO 100 MG	R\$4,15	R\$224,10
62	30	Caixa	ESPIROLACTONA 25MG	R\$14,39	R\$431,70
63	27	Caixa	ESZOPICLONA 2MG	R\$26,88	R\$725,76
64	36	Caixa	EZETIMIBA 10MG	R\$34,75	R\$1.251,00
65	15	Caixa	EMPAGLIFLOZIDA+LINAGLIPTI NA 25MG+5MG	R\$110,49	R\$1.657,28
66	27	Caixa	FUROSEMIDA 40MG	R\$78,88	R\$2.129,69
67	216	Caixa	FENOBARBITAL 100MG	R\$18,00	R\$3.888,54
68	45	Caixa	GLIMEPIRIDA+CLORIDRATO DE METFORMINA 2/1000MG	R\$254,00	R\$11.429,78
69	27	Caixa	GLIMEPIRIDA+CLORIDRATO DE METFORMINA 4/1000MG	R\$24,54	R\$662,45
70	36	Caixa	GINKGO BILOBA 120MG	R\$20,95	R\$754,20
71	23	Caixa	GABAPENTINA 300MG	R\$51,84	R\$1.192,26
72	81	Caixa	GLICLAZIDA 60MG	R\$59,70	R\$4.835,70
73	14	Caixa	HUMULUS LUPULUS+VALERIANA OFFICINALIS I COM 60 CAPSULAS	R\$56,64	R\$792,89
74	162	Caixa	HEMIFUMARATO DE ZOLPIDEM 10MG	R\$25,28	R\$4.094,96
75	81	Caixa	HEMIFUMARATO DE ZOLPIDEM 12,5MG	R\$39,62	R\$3.209,02
76	38	Caixa	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 2,5MG	R\$42,44	R\$1.612,53
77	54	Caixa	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG	R\$65,39	R\$3.530,79
78	72	Caixa	INDAPAMIDA 1,5MG	R\$73,52	R\$5.293,26
79	72	Caixa	LAMOTRIGINA 100MG	R\$96,13	R\$6.921,18
80	27	Caixa	LEVOMEPROMAZINA 25MG	R\$18,11	R\$488,97
81	18	Caixa	LOSARTANA POTASSICA 50MG	R\$34,15	R\$614,70
82	18	Caixa	LORAZEPAM 2MG	R\$12,40	R\$223,20

83	36	Caixa	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG	R\$27,22	R\$980,01
84	18	Caixa	MECOBALAMINA 1000MCG	R\$32,92	R\$592,61
85	324	Caixa	METFORMINA 500MG	R\$4,70	R\$1.522,80
86	18	Caixa	METFORMINA 850MG	R\$9,90	R\$178,20
87	18	Caixa	NALTREXONA 50MG	R\$107,15	R\$1.928,70
88	72	Caixa	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG COM 30 COMPRIMIDOS	R\$65,78	R\$4.735,98
89	18	Caixa	OXCARBAZEPINA 300MG	R\$19,73	R\$355,10
90	78	Caixa	OMEPRAZOL 20MG	R\$6,49	R\$506,22
91	162	Caixa	ONDANSETRONA 8MG CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS	R\$14,88	R\$2.410,16
92	54	Caixa	OLANZAPINA 5MG	R\$152,25	R\$8.221,50
93	20	Caixa	PANTOPRAZOL SÓDICO 40MG	R\$34,60	R\$692,00
94	36	Caixa	PASSIFLORA INCARNATA 500MG	R\$38,85	R\$1.398,42
95	108	Caixa	PERICIAZINA 10MG	R\$40,40	R\$4.363,47
96	78	Caixa	PERINDOPRIL ARGININA 5MG	R\$34,95	R\$2.726,10
97	18	Caixa	PERINDOPRIL ARGININA 10MG	R\$29,89	R\$537,93
98	36	Caixa	PERINDOPRIL +ANLÓDIPNO BESILATO 7/5MG	R\$89,46	R\$3.220,56
99	81	Caixa	PREGABALINA 150MG	R\$76,88	R\$6.227,08
100	40	Caixa	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG	R\$13,93	R\$557,10
101	50	Caixa	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG	R\$32,53	R\$1.626,38
102	36	Caixa	EMPAGLIFLOZINA 25 MG	R\$53,70	R\$1.933,32
103	20	Frasco	LACTULOSE XAROPE 120ML	R\$17,50	R\$350,00
104	08	AMP	ACETATO DE LEUPRORRELINA 11,25MG/ML INJETÁVEL	R\$ 2.040,00	R\$ 16.320,00
105	24	AMP	ACETATO DE LEUPRORRELINA 3,75MG/ML INJETÁVEL	R\$ 213,67	R\$ 5.128,00
106	50	AMP	CLORIDRATO DE TIAMINA +CLORIDRATO DE PIROXIDINA+CIANOCOBALAMINA 1000MG/ML INJETÁVEL	R\$ 3,36	R\$ 167,88
107	50	AMP	CLORIDRATO DE TIAMINA +CLORIDRATO DE PIROXIDINA+CIANOCOBALAMINA 5000MG/ML INJETÁVEL	R\$ 5,87	R\$ 293,25
108	120	AMP	DECANOATO DE ZUCLOPENTIXOL 200MG/ML INJETÁVEL	R\$ 12,46	R\$ 9.048,30
109	50	AMP	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO INJETÁVEL	R\$ 12,46	R\$ 623,17
110	100	AMP	OMEPRAZOL SÓDICO 40 MG	R\$ 19,12	R\$ 1.912,00
111	20	Caixa	CURATIVO CARVÃO ATIVADO COM PRATA 10X10CM CAIXA COM 10 UNIDADES	R\$ 425,00	R\$ 8.500,00
112	18	Caixa	CURATIVO HIDROCOLOIDE 10X10 CM CAIXA COM 10 UNIDADES	R\$ 212,53	R\$ 3.825,60



113	20	Caixa	ADESIVO DE NICOTINA 7MG CAIXA COM SETE ADESIVOS	R\$ 83,66	R\$ 1.673,10
114	20	Caixa	ADESIVO DE NICOTINA 14MG CAIXA COM SETE ADESIVOS	R\$ 92,17	R\$ 1.843,45
115	20	Caixa	ADESIVO DE NICOTINA 21MG CAIXA COM SETE ADESIVOS	R\$ 104,69	R\$ 2.093,80

## 2 - Ramo de Atividade do Licitante

O Ramo de Atividade do Licitante será comprovado conforme as atividades cadastradas no registro cadastral do licitante, comprovadas a sua atuação mediante contrato social e consulta ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as normas e exigências, constantes no Termo de Referência, no Edital e seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao objeto licitado. Deverá constar no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica como objeto em seu contrato social a atividade especificada neste termo de referência.

## 3 – Objetivo

O Termo de Referência visa esclarecer e direcionar os procedimentos essenciais para a Comissão Permanente de Licitação elaborar o ato convocatório e a formalização do Processo Administrativo de Licitação, bem como a atuação dos demais agentes públicos que manifestarão nos autos processuais. O solicitante deverá apresentar no Termo de Referência sugestões básicas sobre os procedimentos administrativos mais comuns nas licitações públicas adotados pelo órgão licitante. O atendimento aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência evitará equívocos nas compras e contratações futuras. Após a formalização do Edital, o Termo de Referência deverá ser considerado um de seus anexos integrando os documentos que serão fornecidos aos interessados pela licitação. As cópias e o original do Termo de Referência fazem parte da formalização do Processo Administrativo de Licitação, integrando-o como auto processual.

O atendimento ao Termo de Referência garantirá a satisfação do requisitante, que receberá o produto ou serviços nas condições solicitadas. Desta forma, não poderá ter desânimo ao elaborar esse documento, deixando esgotado todo o assunto sobre o produto ou serviço pretendido. Ressalta-se que, quando a modalidade sugerida for pregão, todas as exigências e condições devem estar previamente definidas, pois, o pregoeiro somente discutirá preço com os licitantes, não examinará amostras ou esclarecerá dúvidas aos interessados quanto à descrição de produtos e serviços.

As descrições dos produtos e detalhamento dos serviços pretendidos, sugestões administrativas a serem adotadas e solicitações constantes do Termo de Referência é de responsabilidades exclusiva do requisitante.

O Termo de Referência deverá fazer parte do Processo Administrativo de Licitação e estará à disposição dos licitantes interessados para solicitar cópia ou pedir vista, uma vez que define, detalha, apresenta cotação de mercado e justifica a contratação de forma precisa, bem como os critérios para aceitação dos bens e serviços, a estrutura de custos, os deveres do contratado, os procedimentos de fiscalização, prazo de execução do contrato, penalidades aplicáveis, enfim, tudo que possa auxiliar a CPL na condução do procedimento administrativo. Desta forma, não poderá ser negado ao licitante o acesso a essas informações, que deve integrar o Edital como um de seus anexos ou estar à disposição do licitante para consulta formal ou online.

#### **4. Justificativa da Contratação**

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em especial o seu artigo 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A aquisição de medicamentos destinados a atender a demanda de medicamentos éticos e de decisões judiciais, junto a Secretaria Municipal de Saúde de Galiléia/MG, é de extrema necessidade, pois, os mesmos não estão contemplados na relação municipal de medicamentos, sendo necessária a realização de processo licitatório, haja vista que os mesmos serão destinados à população carente desta municipalidade.

O fornecimento de medicamentos não padronizados, os quais são prescritos pelos profissionais da saúde, justifica pela necessidade aos atendimentos específicos e imediatos de enfermidades e/ou demandas judiciais, exceto aqueles os quais o município já tenha realizado licitação e esteja com ata de registro de preços vigente. Considerando que a descontinuidade do uso do medicamento pleiteado acarretará sérios problemas de saúde para o usuário do SUS, podendo levar ao agravamento do quadro. As aquisições dos medicamentos destinam-se ao melhor e mais eficiente atendimento dos serviços de gerência de Saúde deste Município e a manutenção dos serviços de saúde pública preventiva e curativa, garantindo, também, aos munícipes, acesso aos medicamentos, em curto prazo, buscando eliminar os mandados judiciais e a falta de medicamentos na rede municipal de Saúde. Cumprir as determinações em favor dos pacientes que fazem uso dos medicamentos supramencionados, em obediência a mandados judiciais, conforme especificações constantes no processo. Ressaltando a importância da execução dos autos, já que os respectivos pacientes não possuem condições de arcar com os mesmos, e a demora da concessão dos medicamentos poderão gerar sérios agravamentos clínicos, ocasionando até risco de morte. Frisa-se que o direito a saúde se encontra no rol dos direitos fundamentais do cidadão, inerente a própria existência humana. A inexecução da mesma sujeitar-se-á multas e penalidades aplicáveis, podendo caracterizar crime de desobediência.

Dito isso justifica-se a aquisição dos medicamentos citados acima tornando-se indispensável e alvo de urgência.

## **5 - Critérios de Aceitação do Objeto**

Os critérios de aceitação do objeto tomarão como prioridade a proposta mais vantajosa para a Administração. Em se tratando de aquisição de medicamentos éticos e (curativos) para atender as necessidades da secretaria de Saúde de Galiléia/MG, será critério de aferição o menor preço ofertado pelo proponente e, se a administração julgar necessário, exigirá amostra ou determinará diligência de servidor com conhecimento notório sobre os produto e serviços objeto deste Termo de Referência, antes de emitir a Nota de Autorização de Fornecimento.

Os produtos solicitados através desse Termo de Referência deverão observar rigorosamente as especificações nele constante e as normas técnicas aplicáveis aos produtos. Quando verificado o não atendimento ao padrão de qualidade aceitável pelo Município, não será dada a quitação de aceitabilidade dos produtos, devendo o fornecedor proceder a substituição até atender o padrão de qualidade ideal.

À Prefeitura reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto no processo administrativo de licitação, podendo rescindir o contrato e aplicar o disposto no inciso XI do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Caso os produtos apresentem irregularidades, especificações incorretas, ou estejam fora dos padrões determinados, a unidade solicitará a regularização no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. O atraso na correção dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades cabíveis.

O fornecimento **dos produtos** será através de entregas **futuras**, devendo o fornecedor realizar as entregas juntamente com a Nota fiscal com a indicação da marca que o licitante indicar em sua proposta de preços. A nota fiscal deverá ser acompanhada da cópia da Prova de Regularidade para com o do FGTS e INSS, condição está indispensável para efetuar o pagamento. O recebimento dos produtos não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos pela Administração Municipal, que verificará a quantidade e atendimento a todas as especificações, contidas neste Termo de Referência e no Edital para a Aceitação Definitiva.

A execução do objeto do contrato e o recebimento será dado como recebido de acordo com o Inciso II do art. 73 da Lei Federal n 8.666/93, sendo provisoriamente, na apresentação dos produtos, acompanhados da devida nota fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável pela fiscalização do objeto identificando a conformidade com as especificações técnicas. O recebimento definitivo, quando for o caso, ocorrerá após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente



aceitação e se confirmada a conformidade com as especificações técnicas a nota fiscal será atestada pelo responsável pelo recebimento.

O Município rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento.

Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos ou prestação dos serviços fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir ou refazer às suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo estabelecido pela Administração. O recebimento dos produtos não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações, contidas neste Termo de Referência, para a aceitação definitiva.

O prazo para a aceitação definitiva ou recusa deverá ser manifestada em 10 (dez) dias contados a partir da data de entrega dos materiais. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes à Administração.

A Aceitação Definitiva não exclui a responsabilidade da empresa pelo perfeito desempenho do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

## **6 - Prazo de Execução do Serviço ou de Entrega do Objeto**

O prazo de entrega dos produtos **não** poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento<sup>1</sup>, quando se tratar de produtos cuja entrega deva ser efetuada na sede do município.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial. Os pedidos só deverão ser atendidos quando devidamente assinados pelo Setor de Compras da Prefeitura. Qualquer alteração nos prazos e condições de fornecimento dos produtos deverão ser objeto de Termo Aditivo.

## **7 - Fundamentação Legal**

A legislação básica a ser definida como fundamentação legal para a realização do procedimento licitatório são:

---

<sup>1</sup>O Prazo de 10 (dez) dias é o tempo que o licitante vencedor disporá entre o recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento e a efetiva entrega dos produtos, considerando o seguinte sistema operacional: separação dos produtos licitados, carregamento e deslocamento da sede da empresa até o local indicado para a entrega.

- ✓ Lei Federal nº. 8.666, 17 de junho de 1993, art. 14 - *nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa;*
- ✓ Lei Federal nº. 10.520, 17 de julho de 2002, inciso II do art. 3º - *a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;*
- ✓ Decreto Municipal nº. 04 de 02 de janeiro de 2017 - *que dispõe sobre a regulamentação da atuação da Controladoria Geral nos Procedimentos de Compra e Licitação no âmbito Municipal;*
- ✓ Decreto Municipal nº. 05 de 02 de janeiro de 2017 - *que dispõe sobre a regulamentação do Pregão no âmbito Municipal;*
- ✓ Decreto Municipal nº. 06 de 02 de janeiro de 2017 - *que dispõe sobre a regulamentação do Registro de Preços;*
- ✓ Decreto Federal nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, que dispõe sobre a Ata de Registro de Preços.
- ✓ Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147, de 7 de agosto de 2014 e Lei Complementar nº. 155, de 27 de outubro de 2016, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dispõe sobre participação de microempresa e empresa de pequeno porte em licitações públicas.
- ✓ Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual, Instruções Normativas da Controladoria Geral do Município e demais normas aplicáveis à matéria, não descartando nenhuma outra norma de caráter normativo.

## **8 - Modalidade de Licitação Sugerida**

Por se tratar de aquisição de bem comum, sugerimos a licitação na modalidade pregão presencial, por se tratar de recurso Estadual e possível complementação de recurso Próprio, para registro de preços, do tipo menor preço.

A razão da escolha da modalidade de licitação se concretiza devido atingimento de índices satisfatórios nos procedimentos de compras e principalmente com relação aos aspectos de preço e celeridade, além das exigências legais, o justificam a nossa escolha.

O cuidado na descrição do produto e na elaboração do Termo de Referência é de fundamental importância, pois, nem sempre o mais barato é o melhor para a Administração. No entanto, a qualidade do produto está sendo descrita de forma clara e sucinta de forma prévia, sendo o fornecedor vencedor obrigado a atender as condições especificadas no processo. O menor preço é o tipo de licitação cujo critério de seleção é o da proposta mais vantajosa para a Administração de menor preço. É o tipo de licitação utilizada para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços onde a descrição seja possível na sua totalidade no ato convocatório e no Termo de Referência.

Nesse caso, o que vale é o menor preço. O Pregoeiro não discute nenhum outro item da licitação. As amostras e descrição técnica serão avaliadas por comissão especialmente designada para tal finalidade. No decorrer da disputa, muitas empresas acabam aceitando preços menores que o viável economicamente porque interessa a elas outros fatores como a vinculação da imagem a determinado projeto ou a conquista de um novo cliente. No caso de algumas licitações, o menor preço está limitado ao que pode ser exequível, conforme convicções do pregoeiro durante a disputa de lances.

Quando determinado produto atingir valores inexequíveis, ou seja, impraticáveis no mercado e assim colocando em risco o procedimento de licitação, deverá durante a sessão alertar quanto à exequibilidade da oferta, definindo o limite de lances aceitáveis como exequível. Caso ocorra empate de dois ou mais licitantes, procederá o sorteio. No entanto, se algum licitante entender que tem como comprovar a exequibilidade da sua proposta, o pregoeiro abrirá prazo para que o mesmo comprove mediante documento de compra do produto emitida antes da oferta, em valor abaixo do valor ofertado, apurando sua margem de lucro.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é no sentido de que o pregoeiro, antes de declarar a inexequibilidade de propostas, permita que os licitantes comprovem a sua exequibilidade (*Acórdão 1.100/2008 - Plenário*). A prova da exequibilidade da proposta é um direito da Administração e uma segurança para o licitante, pois não terá prejuízos com a futura contratação.

O edital deverá deixar claro o tipo de licitação que será utilizado como critério de seleção das propostas. Exemplificando: O menor preço a ser utilizado quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração determinar que será o vencedor o participante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar menor preço exequível.

Estará sempre à disposição dos licitantes a pesquisa de preços realizada pela Administração e utilizada como referência do certame. O balizamento de preço médio baseado na pesquisa de preço do mercado regional reflete de forma fidedigna e confiável, sendo consideradas as características do Município e as distâncias de grandes centros comerciais.

Quando a formação de preço demonstrada no processo for confiável e suspeitar que os valores ofertados nos lances pelos licitantes configuram inexequibilidade das propostas (*lances*), deverá registrar em ata e determinar que será adjudicado o item somente após a comprovação da exequibilidade das propostas, estabelecer o prazo de 03 (três) dias para que os licitantes que ofertaram valores até o limite de exequibilidade definido pelo mesmo, demonstrem a comprovação de exequibilidade de suas propostas (*lances*). Não deverá adjudicar propostas que não demonstrarem exequibilidade, devendo declarar o item fracassado e remeter a autoridade competente. Os demais itens que não se enquadrarem na situação acima mencionada serão adjudicados normalmente.

A comprovação de exequibilidade da proposta de preços será obtida mediante apresentação de cópia de nota fiscal de compra do produto pelo licitante emitida antes da data de sua proposta. A comprovação da exequibilidade se dará mediante do seguinte cálculo:

- ✓ Exequibilidade = custo unitário – valor unitário ofertado = variação positiva;
- ✓ Inexequibilidade = custo unitário – valor unitário ofertado = variação negativa;
- ✓ Exequibilidade nula = custo unitário = valor unitário ofertado = resultado nulo.

Tal comprovação tem como finalidade privilegiar o interesse público, ao resguardar a Administração de seguir à frente com um certame em que a proposta é inexequível, levando a frustração do processo e causando prejuízo aos cofres municipais. Vale ressaltar que não cabe ao pregoeiro ou à comissão de licitação declarar a inexequibilidade da proposta do licitante, mas facultar aos participantes do certame a possibilidade de comprovarem a exequibilidade de seus lances. Sendo assim, caso não se comprove a viabilidade de exequibilidade das propostas, poderá declarar os itens fracassados ou remeter o processo a autoridade competente para que proceda a adjudicação e homologação.

A comprovação da exequibilidade dos preços ofertados de serviços a serem executados, poderá ser comprovado através de planilha apresentada pelo licitante, demonstrando na licitação que os preços apresentados são os preços de mercado e que deduzidos os custos e encargos, apresenta variação positiva. No caso de prestação de serviços e locação de equipamentos deverá ser comprovado que o licitante é proprietário dos equipamentos. Caso os licitantes não comprovem a exequibilidade de suas propostas o item será declarado fracassado, não sendo possível a adjudicação de proposta que apresentar inexequibilidade conforme demonstrado acima.

Cabe concluir-se, após tais considerações, que a sistemática voltada ao exame de propostas quanto ao preço, apresenta-se também como uma condição para aceitação de cotações em licitações realizadas na modalidade de Pregão, devendo proclamar a inaceitabilidade quando constatar que o preço último ofertado não se acha compatibilizado à realidade previamente verificada e inscrita no termo de referência. Não constitui mera faculdade, portanto, avaliar e comparar preços.

É dever legal admitir a permanência de licitantes que se apresentem em condições de executar o contrato a ser oportunamente celebrado, contrato este que deve respeitar as características de onerosidade e comutatividade típica dos contratos administrativos.

## **11 - Tipo de Contratação Pretendida**

O tipo de contrato estabelecido para a futura contratação será de fornecimento de produtos. O contrato a ser celebrado será definido juridicamente como contrato administrativo nortado por pelo menos duas manifestações de vontade e que tem como objetivo a criação, modificação ou extinção de direitos

e deveres. Os contratos, portanto, são todos os acordos ou combinações oriundas da vontade das partes (TARUCE, 2011, p. 472). Nos termos do inciso VII do art. 6º da Lei Federal nº. 8.666/93, será do tipo “contratação Direta”.

## **12 - Condições de Participação de Microempresa e Subcontratação**

Esta solicitação de licitação deve obedecer aos benefícios contemplados na Lei Complementar nº.123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações nas Lei Complementar nº. 147/2014 e Lei Complementar nº. 155,/2017. Quando da participação das microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser identificadas no credenciamento por meio de declaração sob pena de declaração falsa e na habilitação apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme definido no Edital.

## **13 - Condições e Restrições de Participação**

Poderão participar da licitação as pessoas jurídicas do ramo específico de comércio por atacado ou a varejo deste termo de referência, cadastradas ou não no Registro Cadastral de Fornecedores do Município.

## **14 - Indicação de Recursos Orçamentários e Fonte de Recursos**

A dotação orçamentária e fonte de recursos indicada para a estas despesas serão as seguintes:

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
00002012.1030101112.064
Fonte – 102/ 155/ Ficha - 344 – Manutenção da Saúde Pública Municipal

Entende-se por fonte de recursos, a origem ou a procedência dos recursos a serem utilizados para pagamento da despesa gerada pela requisição.

No entanto, nos casos de Pregão Presencial para Registro de Preço é dispensada a certificação de dotação orçamentária nos processos licitatório, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93, devendo ser informada no ato compra ou nas cláusulas do contrato.

## **16 - Condições de Habilitação e Aceitabilidade de Propostas**

Os documentos relativos à habilitação e propostas deverão ser apresentados em envelopes lacrados e identificados. Na Habilitação deverão ser observadas algumas exigências básicas conforme preceitua os arts. 27 a 31, da Lei Federal nº. 8.666/93, tais como: habilitação jurídica, a regularidade fiscal, qualificação técnica e econômica, atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a proibição de empregar menor de idade.



É imprescindível na fase de habilitação, a exibição da documentação pertinente à regularidade com a Seguridade Social, prevista no inciso IV do art. 29 da Lei Federal nº. 8.666/93 e modificações, conjugado com o § 3º do art. 195 da Constituição Federal. Além disso, há a obrigatoriedade de solicitação dos documentos mínimos de habilitação além das exigências próprias que caracterizam a contratação.

A documentação relativa à habilitação fiscal consiste em comprovação da regularidade junto aos órgãos competentes governamentais, como as certidões de quitação de FGTS, INSS e Receita Federal, entre outros, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93.

### **17 - Balizamento de Preços e Valores Máximos Aceitos**

Os valores constantes do balizamento de preços serão considerados referência para tomada de decisões do julgamento. O balizamento de preços será demonstrado pela média aritmética simples de no mínimo três orçamentos dos preços praticados no mercado. Para atendimento de alimentação de Sistema Informatizado de Contas Municipais, integrado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, estando a estimativa anexa a este Termo.

As cotações devem estar disponíveis para consulta de quaisquer interessados.

### **18 - Condições de Julgamento das Propostas**

O licitante que ofertar menor preço será sagrado vencedor.

Será considerado como critério de aceitabilidade as condições de pagamento, prazos, durabilidade, segurança, confiabilidade, rentabilidade, assistência técnica, garantia, normas específicas e demais regras definidas nesse Termo de Referência e no ato convocatório.

Os licitantes que não se fizerem presentes por meio de procurador até o encerramento do credenciamento não terão direito a oferta de lance e nem manifestação de interesse de interposição de recurso quando motivada pelo pregoeiro. Caso tenha protocolado com antecedência, as propostas e documentos de habilitação serão consideradas com proposta inicial. Os recursos poderão ser ofertados diretamente à autoridade competente, no prazo de três dias.

### **19 - Local e Condições para a Entrega de Material**

As entregas dos itens serão feitas **parceladamente**, de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde, que apresentará nota de fornecimento padronizada ao licitante vencedor, conforme necessidade da municipalidade.

A entrega dos produtos pela (s) empresa (s) vencedora (s) deverão ocorrer na Rua Berilo N°153B, Bairro Centro Galiléia/MG, impreterivelmente de segunda a sexta-feira no horário de 08h00 às 16h00, sendo a área de compras responsável para indicar o responsável pelo recebimento e conferência dos itens.

O Município não arcará com os custos e pessoal para realização das descargas ou outros serviços que devem correr por integral conta da empresa licitante, devendo qualquer despesa com tal serviço, ficar a cargo da empresa vencedora, bem como o carregamento e transporte dos produtos substituídos e descartados. Os pedidos deverão ser atendidos no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da respectiva Nota de Autorização de Fornecimento, devidamente assinada pela Área de Compras.

O setor competente para receber, conferir e fiscalizar o objeto deste Termo de Referência será a Secretaria municipal de Saúde, observados os artigos 73 a 76 da Lei Federal n.º 8.666/93. Ao Município se reserva o direito de não receber produtos e serviços que não atenderem ao padrão de qualidade exigido pelo município, ou em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, podendo devolver e exigir a sua substituição em prazo não superior a 10 (dez) dias corridos e ainda solicitar o cancelamento do contrato conforme disposto no art. 78 da Lei Federal n.º. 8.666/93.

Todos os itens deverão obedecer às especificações constantes deste Termo de Referência, o edital e seus anexos.

Os produtos serão recebidos no endereço fornecido na Nota de Autorização de Fornecimento, por responsabilidade da Contratada, onde o responsável designado para recebimento procederá à conferência e recebimento dos produtos. O fornecedor deverá apresentar nota fiscal com as descrições do produto, inclusive com a indicação da marca que o licitante indicar em sua proposta de preços. A nota fiscal deverá vir acompanhada da cópia da Prova de Regularidade para com o do FGTS e do INSS, condição está indispensável para efetuar o pagamento.

## **20 - Condições e Forma de Pagamento e Reajuste**

Para ocorrer o pagamento é condição a apresentação da nota fiscal/fatura ao responsável pelo recebimento do bem, o qual terá o prazo máximo de 05 dias úteis da apresentação para atestar o cumprimento pela empresa das obrigações contratuais. A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento (*fiscal do contrato*).

O pagamento será efetuado na forma exclusivamente eletrônica (**Internet banking**), mediante crédito em conta aberta em instituições financeiras oficiais de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços. A conta corrente da contratada<sup>2</sup> deverá ser informada no ato de assinatura do contrato. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária,

---

<sup>2</sup>- O licitante vencedor deverá apresentar no ato da assinatura do contrato dados da sua conta corrente no Banco do Brasil S.A.

será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo definido pela Secretaria da Fazenda. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a legislação aplicável. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado de 05 (cinco) dias úteis para o responsável pelo recebimento atestar, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS.

## **21 - Garantia e Manutenção**

A garantia mínima será aquela determinada por lei, de acordo com cada produto. A contratante, observando qualquer irregularidade, deverá comunicar imediatamente à contratada, para substituir, sem ônus para a contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o produto defeituoso por um produto novo com as mesmas características do substituído. No caso de substituição, a partir do recebimento do produto novo trocado, será iniciado novo prazo de mesma duração conforme estabelecido anteriormente. A garantia é requisito essencial para a participação da licitante no certame, e deverá estar declarada na proposta vencedora.

### **21.1 - Obrigações da contratada**

Atender a todas as condições descritas no presente Termo de Referência. Deverão ser consideradas juntamente com o que estipula este documento, todas as normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, compreendendo:

- ✓ normas de fornecimento de materiais, especificações, métodos de ensaio, terminologias, padronização e simbologias;
- ✓ o objeto deve ser fornecido, rigorosamente, de acordo com estas Especificações Técnicas e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais descritos neste Termo de Referência;
- ✓ a contratada deverá acatar as decisões, instruções e observações que emanarem da contratante, corrigindo o fornecimento, sem ônus para o contratante.
- ✓ observar o prazo mínimo de validade dos produtos fornecidos, conforme definido neste Termo de Referência;

- ✓ providenciar, de imediato, a correção das deficiências apontadas pelo gestor/fiscal de contrato do Município com respeito à execução do objeto;
- ✓ entregar os serviços ou produtos objeto do contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;
- ✓ responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo, de imediato, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual. Cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município;
- ✓ dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do contrato, durante toda a sua vigência, a pedido do Município;
- ✓ manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação ou de qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.
- ✓ observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria, especialmente a indicada no contrato, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando o Município de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade do Contratado;
- ✓ Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto com plenos poderes para representá-lo, administrativa ou judicialmente, assim como para decidir acerca de questões relativas aos serviços, bem como para atender aos chamados do gestor/fiscal de contrato do Município, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, a partir de contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz.
- ✓ fornecer números telefônicos, endereços de e-mail ou de outros meios igualmente eficazes, para contato do gestor/fiscal de contrato do Município com o preposto, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;
- ✓ encaminhar ao Município, juntamente com a nota fiscal/fatura, os documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação ou qualificação exigidas na licitação, especialmente cópias das certidões de regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, cuja autenticidade será confirmada nos sites dos órgãos emissores pelo gestor/fiscal de contrato do Município;

- ✓ Os licitantes deverão atentar para as disposições da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor).

## **21.2 - Obrigações do contratante**

- ✓ comunicar a Contratada qualquer irregularidade que venha a ocorrer durante a execução dos serviços contratados;
- ✓ atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente, dando ciência do recebimento e efetuar todas as conferências necessárias ao perfeito cumprimento do objeto;
- ✓ prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos serviços objeto do Contrato;
- ✓ efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;
- ✓ fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- ✓ emitir, por meio do gestor/fiscal de contrato do Município, a ordem de fornecimento;
- ✓ rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência;
- ✓ efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto, por meio do gestor/fiscal de contrato do Município;
- ✓ arcar com as despesas de publicação do extrato do contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

## **22 - Prazo para Formalização da Ata de Registro de Preço e do Contrato e sua Vigência**

O representante legal da proposta vencedora deverá assinar a Ata de Registro de preços e os contratos quando solicitados, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação para tal, através de fax, correio eletrônico ou formalmente. *O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, com eficácia legal após a publicação do seu extrato.*

*A Lei Federal nº. 8.666/93 estabelece em seu art. 57 as regras relativas à fixação dos prazos contratuais, as quais deverão ser fixadas no instrumento convocatório (edital) e reproduzidas no respectivo contrato. A Ata de Registro*



*de Preços poderá originar-se contratos que terão sua vigência adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Assim, considerando que o prazo de vigência dos créditos orçamentários, ou exercício financeiro, via de regra, vai da data de assinatura até o máximo ao dia 31 de dezembro de cada ano.*

## **23 – SANÇÕES E PENALIDADES POR INEXECUÇÃO OU INADIMPLEMENTO**

*Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.*

*Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93.*

## **25 Fiscalização do Objeto e Indicação do Fiscal**

O Município estabelecerá critério de fiscalização do cumprimento do objeto licitado, por intermédio de servidor especialmente designado para esta finalidade, não eximindo o Controle Interno do Município estabelecer por meio de ato normativo critérios de fiscalização do objeto da licitação.

O fiscal do contrato será indicado pelo gestor do Termo ARP ou contrato (*Wanderson Alves da Silva*) que terá como atribuições anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. O Ato de designação do fiscal do contrato será juntado aos autos do Processo Administrativo de Licitação. A Secretaria de Saúde indica o Servidor responsável, Sr. Anderson Murilo Gonçalves para funcionar como Fiscal do Futuro Contrato.

## **26. Considerações Finais**

Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito à Comissão Permanente de Licitação, que tem competência para decidir sobre aceitabilidade do recurso.

Caberá à CPL, auxiliada pelos setores responsáveis a elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório conforme conteúdo da petição, poderá ser designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital, cabendo à CPL os procedimentos e publicação dos atos.

Os pedidos de esclarecimentos sobre item (produtos) constante (s) do Termo de Referência serão respondidos pela Secretaria Municipal de Saúde. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à CPL, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da

sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail [licitacao@galileia.mg.gov.br](mailto:licitacao@galileia.mg.gov.br).

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

Galiléia, MG, 05 de novembro de 2021.

---

**Wanderson Alves da Silva**  
**Secretário Municipal de Saúde**